

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**O debate antiescravista britânico no início do
século XIX: notas preliminares sobre o arquivo
criado pelos Quakers**

Francisco Balcão Carvalho

Marcelo dos Santos Durante

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**O debate antiescravista britânico no início do século XIX: notas
preliminares sobre o arquivo criado pelos *Quakers***

Francisco Balcão Carvalho¹
Marcelo dos Santos Durante²

Resumo

A proposta deste artigo é contextualizar o debate antiescravista britânico no começo do século XIX, anos de importantes discussões no Parlamento sobre a Abolição do Tráfico de Escravos. A partir dos documentos preservados pela Sociedade dos Amigos (os *Quakers*), foi possível verificar o papel atribuído ao comércio na civilização dos negros africanos e a imposição de limites morais pelos abolicionistas, alinhados em uma postura conservadora.

Palavras-chaves: Antiescravismo; Abolicionismo Britânico; Era das Revoluções; *Quakers*; Tráfico de Escravos

**The British antislavery debate in the beginning of the XIX century:
preliminary notes from the Quaker archive**

Abstract

This article tries to contextualize the British antislavery debate in the beginning of the XIX century, years of major discussions in the English Parliament about the Abolition of the Slave Trade. From the documents preserved by the Society of Friends (*Quakers*), it was possible to verify the assigned role of commerce in the civilization of “African negroes” and the imposition of moral boundaries by the abolitionists, lined up in a conservative posture.

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela UNICAMP e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica, no IE-UNICAMP. Bolsista do CNPq. Contato: franciscobalcc@gmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP-FCHS (Campus de Franca). Graduando em Ciências Econômicas no IE-UNICAMP e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica, também no IE-UNICAMP. Bolsista CAPES. Contato: marcelodurante@gmail.com.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Key Words: Antislavery; Age of Revolutions; British Abolitionism; Slave Trade; Quakers

Introdução

O presente artigo pretende explorar o debate em torno do questionamento da escravidão que ocorreu na Inglaterra entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX a partir de documentos preservados na Biblioteca da Sociedade Religiosa dos Amigos (*Religious Society of Friends*). Os “*Quakers*”, como eram comumente chamados os membros pertencentes à Sociedade dos Amigos, formavam uma vertente radical do cristianismo protestante conhecida por rejeitar a verticalidade da organização clerical e buscar a redenção moral a partir de uma vida simples norteadas pela conduta pacifista, solidária e filantrópica. Veremos, ao longo deste artigo, que estas características foram cruciais para que os “Amigos” fossem, factualmente, os pioneiros na contestação concreta e organizada da ordem escravista vigente nas colônias britânicas nas Américas.

Os primeiros movimentos contrários à escravidão nas colônias britânicas não eram organizados, sendo caracterizados pela ação individual. Isso significa que as intervenções na imprensa, os protestos isolados e atos casuais de filantropia de uma pequena parcela de ingleses, senhores ou não de escravos residentes nas cidades da metrópole, deram o tom ao sentimento antiescravista que se iniciava na segunda metade do século XVIII. Tal contestação ocorreu, não por acaso, no período denominado por “era das revoluções”. Porém, é importante notarmos que, mesmo dentro do contexto da “dupla revolução” - a Revolução Industrial na Inglaterra (a partir de 1760) e Revolução Francesa (1789-1799) -, o Movimento Abolicionista Britânico incorporou o então nascente liberalismo econômico e político com um tom conservador, dado que não combateu efetivamente os privilégios da sociedade estamental denunciados pela Revolução Francesa e não propunha, de imediato, a emancipação dos escravizados. Assim, o debate deslocou-se da questão sobre a libertação da população negra do trabalho forçado das *plantations* nas Américas para uma discussão restrita à manutenção ou extinção do Comércio de escravizados no Atlântico.

No geral, os abolicionistas ingleses pretendiam com esse deslocamento do debate destacar o argumento de viés humanitário, no qual a Abolição do Tráfico de Escravos constituía-se na síntese da demanda contra os maus tratos e a desumanização que a população negra de origem africana era submetida há pelo menos dois séculos - isto é, desde o primeiro movimento de mercadorização (aprisionamento na costa africana e venda nos portos ingleses) e da “Passagem do Meio” (como era chamado o transporte

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

pelo Atlântico com destino às colônias nas Américas). Ao mesmo tempo, conseguiram encobrir um dos seus reais interesses: a manutenção da ordem social vigente na Inglaterra. O receio de parcela significativa dos ingleses, e sobretudo dos abolicionistas que ocupavam as cadeiras da Câmara dos Comuns, era de que a emancipação imediata pudesse estimular a imigração para as cidades da metrópole de uma quantidade considerável de negras e negros emancipados do trabalho forçado nas colônias britânicas, o que causaria algum tipo de instabilidade política e social (Coupland, 1964). Esse era o principal pilar de sustentação à argumentação do Movimento Abolicionista Britânico em defesa da extinção do Tráfico de Escravos e contra a emancipação imediata. A partir da supressão legal deste comércio, portanto, a escravidão tenderia a desaparecer de forma lenta e gradual sem a necessidade de outras intervenções.

A atenção a esta característica conservadora em um contexto revolucionário é o fio-condutor da reflexão preliminar contida neste artigo. Logo, a análise aqui proposta girará em torno de como o contexto revolucionário que a Europa Ocidental experimentava influenciou o ideal de liberdade individual das manifestações antiescravistas até a organização de um movimento abolicionista centrado quase que exclusivamente nas pautas comerciais. Partindo assim, em um primeiro momento, de um ataque moral estritamente de orientação religiosa e de ação filantrópica, o antiescravismo transfigurou-se em um movimento organizado que passou a mobilizar o debate público - na imprensa e no parlamento - para exigir a extinção do Tráfico de Escravos.

Analisaremos as discussões ocorridas durante a primeira década do século XIX, quando o embate acerca da Abolição do Tráfico era um dos temas centrais no Parlamento Britânico. Para contemplar a amplitude da discussão e contextualizar o debate, apresentaremos dois textos contrários à Abolição, publicados em 1804 por comerciantes de Liverpool, e outros dois textos favoráveis, um de H. Brougham (1804) e outro de William Wilberforce (1807), ambas figuras-chave do Movimento Abolicionista. Os abolicionistas do início do XIX formavam um grupo cuja estrutura argumentativa é deliberadamente religiosa e moralmente orientada, marca da sua postura conservadora: apesar de se mostrarem opositores à escravidão, não chegaram a defender a sua substituição pelo trabalho assalariado “livre” nas Colônias, mas sim que os escravizados se tornassem camponeses. Deste modo, o norte do discurso e da ação prática dos abolicionistas era um passado idealizado, baseado numa relação harmoniosa entre senhor e servo. Esta forma de organização social estava ruindo com a ampla mercantilização da força de trabalho.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Além desta introdução e da conclusão, os argumentos do texto são desenvolvidos em outras três seções. A primeira delas faz uma breve contextualização política, social e econômica da Inglaterra no início do século XIX, com ênfase nas discussões sobre as diferentes formas de trabalho adotadas - a forçada e a assalariada “livre”. Neste mesmo conjunto, apresentamos também os *Quakers* e suas motivações dentro do antiescravismo britânico. A segunda seção busca descrever e problematizar a origem das fontes primárias utilizadas ao dar um panorama geral dos documentos preservados na Biblioteca da Sociedade dos Amigos. É na terceira seção, por sua vez, que ocorre efetivamente o exame das fontes primárias, cujo recorte adotado tornou pertinente a análise de textos publicados entre 1804 e 1807.

A Questão do Trabalho no início do XIX: Salários ou Chicotes?

O período de florescimento do sentimento antiescravista entre os britânicos e atuação do Movimento Abolicionista foi marcado pelo contexto de crescente pauperização entre a maioria da população inglesa e de ampliação do trabalho assalariado. Em resumo, o contexto de formação da classe trabalhadora. De modo geral, para Marx em *O Capital* (2013), esse período faz parte do movimento chamado de “acumulação primitiva”. O “pecado original”, portanto, marca o momento no qual os camponeses perderam o domínio dos meios de produção e, para não morrerem de fome, passaram a vender a única mercadoria que lhes restava - sua força de trabalho - nas indústrias das regiões urbanas. Este processo fazia parte da tortuosa transformação da terra e do dinheiro, além do trabalho, em mercadorias, que ocorria na Inglaterra (Polanyi, 2000). Uma das últimas tentativas de frear a auto-regulação do mercado de trabalho em solo inglês foi a adoção de um sistema análogo ao paternalismo, a *Speenhamd Law*, que ficou em vigor entre os anos de 1795 e 1834. Este período também marca o surgimento de um novo campo de estudos, a economia política, cuja proposta é investigar a reprodução da vida material. Uma das principais obras deste novo campo foi *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Publicado em 1776, o livro é marcado pela defesa da liberdade econômica em geral e procura conciliar a ética individualista pautada na primazia do interesse próprio com o progresso social dentro da sociabilidade mercantil que estava emergindo (Coutinho, 1990).

A partir do exposto acima, na metade do século XVIII a questão chave girava em torno de compreender se o antiescravismo era um sentimento com potencial subversivo

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

ou uma força mobilizadora com o objetivo de preservar os ideais de liberdade e propriedade (Davis, 1992). As evidências apontam que o antiescravismo optou pela segunda opção. Granville Sharp, proeminente figura antiescravista da metrópole britânica à época, argumentava, já em 1767, que a escravidão era ilegal por não se constituir em um contrato, pois extinguiu a liberdade corporal, o que iria contra o estabelecido no *common law* inglês (Coupland, 1964; Davis, 1992). O argumento de Sharp foi essencial para afastar o antiescravismo da influência radical porque possibilitou uma separação entre “escravidão” e “privilégios tradicionais”. A partir daí era possível, conceitualmente, combater a primeira e manter os privilégios, fossem eles religiosos ou políticos. A diferenciação explica a defesa da estrutura social hierárquica por parte dos antiescravistas no período anterior a 1800, como, por exemplo, a feita pelo reverendo James Ramsay. Em 1784, o reverendo defendeu que Deus criou a desigualdade natural entre as pessoas. Seguindo este ponto de vista, os antiescravistas não apoiaram e nem incentivaram a convulsão social que teve início em 1791 na colônia francesa de São Domingos, que viria a ser conhecida posteriormente como Revolução Haitiana (1791-1804). De certa maneira, como conclui Brion Davis (1992), o antiescravismo ajudou a estabilizar uma sociedade que estava em profunda transformação política e econômica.

O primeiro grupo organizado a se voltar concretamente contra a escravidão nos territórios do Império Britânico foi a Sociedade Religiosa dos Amigos. Durante os séculos XVIII e XIX, os “Amigos” (como os membros se intitulavam) ou *Quakers* (como eram comumente chamados) foram claramente opositores da ordem escravista vigente. Foram os *Quakers*, através de sua biblioteca sediada em Londres, que preservaram as fontes primárias que estão na base deste presente artigo. Trata-se de uma notável exceção em relação a outros grupos da época porque, de acordo com Davis (1992), conseguiram unir poder econômico e coesão em suas práticas políticas e religiosas, norteadas pela busca do equilíbrio entre as questões transcendentais e a realidade material. Em 1780, os “Amigos” eram o único grupo com poder de comprometimento, decisão e organização necessários para questionar a escravidão nas Américas. Por cerca de um século, da metade do XVIII à metade do XIX, eles produziram uma considerável literatura de militância antiescravista e lideraram campanhas político-religiosas tanto contra o uso do trabalho escravizado nas colônias britânicas, quanto para exigir a supressão do Tráfico. A luta antiescravista deste grupo começou com o término da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando os “Amigos” que possuíam lucrativos negócios vinculados ao Tráfico de Escravos transferiram seus capitais para outras atividades: desde setores primários, como

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

mineração e vestuário, até os financeiros e bancários, os *Quakers* inovaram nas práticas desses negócios e enriqueceram consideravelmente. Davis (1992) mostra que a radicalização dos “Amigos” na luta antiescravista era uma forma de autoafirmação da pureza religiosa em tempos de acelerada acumulação de riqueza³.

A Guerra dos Sete Anos trouxe uma importante inflexão no tratamento que os “Amigos” davam à população negra escravizada, marcada pela passagem da relação entre senhor-escravo orientada pela ética e hierarquia cristã, para a relação entre senhor e servo. Aos poucos, as reuniões da Sociedade dos Amigos obrigaram os seus membros a abandonarem as atividades econômicas diretamente vinculadas à escravidão e ao Tráfico⁴. Externamente, fizeram uma propaganda de suas ideias sem precedentes, não só porque imprimiram milhares de materiais, mas também por viajaram pelo interior da Inglaterra e costa leste dos EUA em missões de divulgação de seus ideais. Em 1787 era provável que qualquer morador dessas regiões tivesse contato com os materiais antiescravistas produzidos pelos *Quakers* (Davis, 1992). No ano seguinte, o *Abolition Committee*⁵ distribuiu cerca de 50 mil cópias de livros e panfletos, o que ajudou a tornar os princípios do antiescravismo presente nos círculos letrados dessas regiões (Davis, 1992, p. 37-47). Foram os próprios *Quakers* que selecionaram e preservaram os panfletos e artigos antiescravistas de sua época, independente da relação dos autores com a Sociedade dos Amigos.

O monumento erguido pelos *Quakers*: a preservação dos documentos antiescravistas

As fontes primárias consultadas foram organizadas e preservadas na Biblioteca da Sociedade Religiosa dos Amigos sediada em Londres. No Brasil, uma parte dessa

³ Antes de 1760, a riqueza e sua acumulação eram objetos de discussão sob a perspectiva religiosa entre os *Quakers*. Benezet (1760), um dos primeiros “Amigos” a escrever contra a escravidão, faz uma notória defesa da vida material mais simples em prol do desenvolvimento moral como forma de alcançar a pureza e salvação do espírito. Davis (1992), por sua vez, procura demonstrar que, com a expansão dessa lógica de acumulação, os *Quakers* racionalizaram a ética do trabalho para, posteriormente, a incorporarem de forma coerente em seus princípios.

⁴ As *Philadelphia Yearly Meeting* feitas entre 1756 a 1763, período da Guerra dos Sete Anos, mostram uma inflexão de prioridades: passaram da cristianização da relação entre mestre e escravizado para a luta pela extinção do cativo. Outras reuniões importantes neste tema foram a *England Yearly Meeting* de 1760, *London Yearly Meeting* de 1761 (Davis, 1992, p. 29).

⁵ O *Abolition Committee* foi formado na Inglaterra no final do século XVIII por parlamentares, filantropos e religiosos que buscavam a supressão legal do Tráfico. Após uma pausa entre 1797 e 1803, voltaram a se reunir em 1804 para aprovar, em 1806, o Ato de Abolição do Tráfico de Escravos que entraria em vigor em 1807.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

documentação está disponível no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-UNICAMP), contando com 37 volumes que foram microfilmados durante a década de 1970⁶. Dentre os diversos textos consultados, notamos que apenas uma minoria apresenta um posicionamento favorável à manutenção do Tráfico de Escravos. Pode-se pensar, por exemplo, que a suposta supremacia do sentimento antiescravista e das ideias abolicionistas se deu pela combinação de alguns fatores. Em primeiro lugar, é provável que os responsáveis pela seleção e organização dos documentos ao longo do século XIX estivessem mais comprometidos com o sentimento antiescravista propagado pela Sociedade dos Amigos. Em segundo, a estratégia de debate dos antiescravistas e dos favoráveis à manutenção da escravidão era distinta: enquanto os antiescravistas tentavam angariar a opinião pública com denúncias sobre as condições insalubres do Tráfico e do trabalho forçado nas colônias britânicas, os adeptos do *status quo* apelaram às instâncias superiores (políticas e judiciais), o que fez com que a militância ocorresse em debates no Parlamento e nos círculos privados frequentados pelos membros da Câmara dos Lordes. Em terceiro, em 1804, a proporção entre os ingleses que se diziam favoráveis ou contrários à Abolição era de 100:1⁷ (Arthy, 1804, p. 10). Independentemente desse dado ser uma hipérbole ou estimativa, é provável que com a divulgação ampla dos horrores passados nos navios ao longo da “Passagem do Meio” e nas fazendas nas Américas, uma parcela considerável da população dos centros urbanos ingleses passou a ser contrária ao Tráfico. E, por último, como o Tráfico era uma atividade econômica consolidada dentro do contexto do Comércio Atlântico, não havia necessidade de defendê-lo enquanto não houvesse quem o desaprovasse. A questão foi levantada primeiramente por grupos contrários à escravidão por motivos morais e, posteriormente, incorporando argumentos econômicos. É razoável concluirmos que os elementos acima citados resultassem em maior quantidade de documentos abolicionistas.

A documentação contida na Biblioteca contém poucos relatos - menos de dez - sob a perspectiva dos escravizados ou recém-libertos. O fato da maioria das negras e

⁶ Alguns livros foram lidos através da plataforma de *Google Books* por causa da melhor qualidade de digitalização em relação aos microfilmes que tivemos acesso no AEL. Todas as fontes primárias que foram consultadas em formato digital estavam disponíveis nos microfilmes.

⁷ Em *Liverpool Merchant* (1804, p.10) tem-se uma mostra como o debate público foi vencido pelo antiescravismo com seus “escritos patéticos” (“*pathetic writings*”) que denunciavam as “atrocidades cometidas por poucos homens maus” (“*atrocities committed by a few bad men*”), geralmente eram baseadas em “grandes deturpações” (“*gross misrepresentations*”) e “sofismas” (“*sophistry*”). Esse texto será analisado no decorrer deste artigo, mas já é interessante notar aqui como ele apresenta os traços gerais do debate público britânico, ou o que seria considerado debate público em 1804.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

negros escravizados ser analfabeta não explica totalmente esse silêncio, dado que os depoimentos poderiam ser registrados por algum “Amigo” alfabetizado. Esta ausência pode ser explicada pela concepção de liberdade que os *Quakers* tinham. De acordo com Davis:

Most of the negroes freed by Quaker masters were quietly dissuaded from trying to join the Society of Friends. Liberation from slavery did not mean freedom to live as one choose, but rather freedom to become a diligent, sober, dependable worker who gratefully accepted his position in society (Davis, 1992, p. 64).

É possível encontrar essas características nos textos de Zangara (1849) e de Maquama (1849), dois ex-escravizados que tiveram seus relatos preservados possivelmente pela relação de proximidade que conseguiram construir com os *Quakers*. É importante notar como mais de uma vez os autores reforçam que, se fossem livres, seriam muito mais produtivos nas fazendas do que efetivamente foram na condição de escravizados. Também é notável a importância da religião em suas vidas⁸. De qualquer modo, para entendermos esta noção restrita de liberdade que os *Quakers* defendiam, é necessário traçar o contexto em que o antiescravismo estava inserido no início do século XIX e da polêmica envolvendo a Abolição do Tráfico.

A Questão do Tráfico de Escravos: manutenção ou abolição?

Dentre os textos favoráveis à manutenção do Tráfico de Escravos, escolheu-se para análise duas obras publicadas em 1804 cujos autores se identificam como “comerciantes de Liverpool”. Esta cidade abrigava o principal porto ligado ao Tráfico na Inglaterra setecentista. O ano é importante porque representava, para os abolicionistas e o seu Comitê, a etapa decisiva da luta jurídica que já durava décadas. Segundo Brougham (1804), em 1792, a Câmara dos Comuns votou por larga maioria, 230 a 85 a favor da abolição gradual que seria discutida nos anos seguintes: “(...) *that the trade carried on by British Subjects for the purpose of obtaining Slaves on the coast of Africa, ought to be gradually abolished*” (Brougham, 1804, p. 3, grifo nosso). Grifamos o termo “*abolished*” para deixar clara a diferenciação que o autor fez dos processos de “Abolição” e

⁸ Os dois depoimentos foram recolhidos e publicados em 1849 sob o título de *Slavery illustrated*. Quanto à questão da maior produtividade dos trabalhadores livres em relação à mão de obra escravizada ver Zangara (1849, p. 13) ou Maquama (1849, p. 29): “*I did the work which I was compelled to do, but no more, and that in as slight a way as possible. I could, if free, have easily done three times as much, and greatly better*”. O relato choca porque Zangara só teve acesso à liberdade e educação formal usufruída pelos europeus após salvar um bebê, cuja mãe era *Quaker*, que caiu no mar; já Maquama fez todo o possível para virar um missionário que acompanhava os pastores nas visitas às *plantations* na Jamaica.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

“Emancipação”, termos utilizados como sinônimos em algumas tradições historiográficas. Pela escrita simples e direta, o tanto quanto o tratamento do tema permitia, salta aos olhos a maneira como Brougham (1804, p. 2, ênfase e grifos do autor) aborda esta diferença: “(...) *to such as persist in confounding two things always entirely distinct, and now quite INCOMPATIBLE, the Abolition of the Negro Traffic, and the Emancipation of the present stock of Slaves*”. Podemos inferir que havia uma tentativa, por parte do grupo favorável à manutenção do Tráfico, de vincular a Abolição com a Emancipação reforçando o medo das insurreições e revoltas nas colônias britânicas - como a que ocorreu na ilha francesa de São Domingos em 1791.

Nesse contexto, Brougham (1804) reforça que desde 1792 os parlamentares abolicionistas pertencentes à Câmara dos Comuns comprometeram-se a aprovar uma lei que suprimisse o Comércio de Escravos. Nos quatro anos seguintes, houve sucessivas tentativas de pautar e aprovar o chamado Ato de Abolição. Em 1796, o *Abolition Committee*, com a ajuda do influente parlamentar William Wilberforce, conseguiu colocar o tema em pauta na Câmara. O resultado foi um revés para o Movimento Abolicionista: o Ato de Abolição do Tráfico de Escravos não foi aprovado pela diferença de dezenove votos - 151 contra e 132 a favor⁹. Porém, de acordo com Brougham (1804, p. 4), a maioria dos opositores se comprometeram a extinguir o Tráfico logo no início de 1800. Seja por tática de convencimento ou observação apurada da conjuntura¹⁰, o fato é que Brougham publicou um texto em 1804 direcionado aos parlamentares “Comuns” e os membros do *Abolition Committee* em que argumentava que a Abolição do Tráfico já estava quatro anos atrasada. Possivelmente, a demora de cerca de oito anos deveu-se pelo medo vindo com a eclosão da Revolução Haitiana e da desconfiança gerada pela tentativa de associação do Movimento Abolicionista com os jacobinos franceses, dentre outros temas parlamentares de relevância à época.

A pressão de abolicionistas como Brougham e o esforço do *Abolition Committee* exerceram uma influência que era mais proeminente nos membros da Câmara dos

⁹ Há uma pequena diferença entre as datas e os votos nos trabalhos de Davis (1992, p. 84) e Brougham (1804, p. 3). Seja como for, o Ato de Abolição *quase* foi aprovado na Câmara dos Comuns em 1796 e, por estarmos reconstituindo a época com os textos dos autores contemporâneos ao abolicionismo, manteremos a linha temporal proposta por Brougham.

¹⁰ Não deixa de ser sugestivo que o longo título do texto de Arthy, claramente favorável à manutenção do Comércio de Escravos, contenha a expressão: “*the evils that would ensue from its premature abolition*” (Arthy, 1804, grifo nosso). Ou seja, mesmo para os favoráveis à manutenção do Tráfico, já estava claro que a Abolição ocorreria. Como era apenas uma questão de tempo, a estratégia era postergá-la o máximo possível.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Comuns. É com o objetivo de pressionar os Lordes pela manutenção do Tráfico que foram publicados, em 1804, dois textos. O primeiro deles, *No slaves-no sugar*, é assinado por comerciantes britânicos - “Liverpool Merchant”¹¹ - e nas primeiras páginas já traz elogios à atuação dos membros da “Upper House”: “the Bill had yet to pass through a superior chamber of the Legislature - through the illustrious Body of the Peers - who, elevated in knowledge as in rank and dignity disregard the motives of common minds” (Liverpool Merchant, 1804, p. 3-4). O segundo texto, *Introductory observations in favor of the African Slave Trade* (1804), escrito por Elliot Arthy evidencia que a estratégia - acertada - dos mercadores de Liverpool era postergar a aprovação do Ato de Abolição através de acordos com membros da Câmara dos Lordes.

Utilizar o termo “racismo” para analisar os textos citados talvez seja um anacronismo, mas ambos fazem questão de não deixar dúvidas sobre seus posicionamentos favoráveis à crença de que os europeus são superiores às negras e negros africanos. Esse sentimento de superioridade é um dos pilares à defesa do Tráfico que se faz em duas frentes: a primeira seria uma negação ao caráter injusto deste comércio; a segunda, por sua vez, é a condenação da Abolição como uma *impolitic*¹². Para Liverpool Merchant, a Abolição é uma *impolitic* tanto por motivos militares, quanto comerciais:

[W]e have only to consider the inestimable value of our West India Possessions, and the impossibility of cultivating them without the importation of Negroes - the great capital invested in the Trade, and its powerful effects in enlivening our commerce, and increasing our manufactures; and the peculiar advantages attending this communication with Africa, as providing a resource for the exigencies of the Navy, in being a nursery for hardy and intrepid seamen (Liverpool Merchant, 1804, p. 57).

Arthy (1804, p. 9) contempla a dimensão social em sua argumentação ao apresentar a questão dos marinheiros envolvidos na “Passagem do Meio”. Suas estimativas mostravam que mais de 20 mil marinheiros trabalhavam nos navios usados no Tráfico. Da perspectiva militar, o Tráfico era importante por mobilizar a marinha inglesa, servindo de “berçário”¹³ aos novos marinheiros e como força instituída no controle da população escravizada nas Índias Ocidentais (Liverpool Merchant, 1804, p.

¹¹ Liverpool Merchant é um pseudônimo. Para evitar confusões entre a profissão de mercador/comerciante com os autores do texto, optou-se por referenciá-lo pela assinatura original em língua inglesa grafada com as iniciais maiúsculas.

¹² O termo *impolitic* pode ser traduzido como “anti-política” ou “má política”, cuja compreensão seria de adoção de uma ação política que levará a um resultado ruim ou indesejado. No entanto, não são termos correntes hoje em dia, sendo preferível manter o termo original em inglês no decorrer do texto.

¹³ *Nursery*, no original. O termo busca passar a ideia de que era na “Passagem do Meio” que os marinheiros ingleses eram formados. Ver em (Arthy, 1804, p. 27) e (Liverpool Merchant, 1804, p. 57, nota 7).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

61). Embora o conflito com a França de Napoleão seja citado diretamente apenas em uma passagem, a tensão entre os dois países era parte do contexto da época, em que o Tráfico de Escravos seria uma maneira de manter os domínios britânicos nas Américas, além de estabelecer o controle das rotas comerciais no Atlântico (Liverpool Merchant, 1804, p. 53-54). Do ponto de vista comercial, Arthy (1804) tenta demonstrar em um longo exercício de estimativa contábil que o Tráfico de Escravos era uma atividade econômica bastante lucrativa para o Império Britânico.

Já pela perspectiva jurídica, os autores enfatizam a diferença entre Tráfico e a escravidão¹⁴. Para Arthy (1804, p. 17), dado que a escravidão era “natural”, o Trato de escravizados seria benéfico como o comércio de qualquer outra mercadoria. O termo “natural” no texto significa a criação de um princípio de Deus: para sustentar a argumentação, cita a história da venda de José - descrita no Gênesis - como algo benéfico a toda sua família. Como este presente artigo não se propõe a fazer uma análise hermenêutica, não cabe aqui julgar a validade dessa interpretação. Dentre as noventa páginas do texto de Arthy esta é a única passagem que motivou um detentor da cópia preservada, talvez um *Quaker*, a rebater a afirmação com anotações feitas à mão no rodapé¹⁵. Ou seja, dentre tudo que poderia motivar este leitor a se indignar e fazer uma observação no texto original, ele escolheu a interpretação bíblica como justificativa à escravidão. Além das passagens que justificam a escravidão, e portanto o Tráfico, Arthy tenta mostrar os supostos benefícios do Comércio para os africanos. Em suas palavras,

I maintain, that they have no means within themselves, alone, of emerging from darkness to light, or from a state of extreme barbarism to any permanent degree of civilization. These desirable objects can be accomplished only by means of commerce, and of intercourse with enlightened nations (Arthy, 1804, p. 19).

¹⁴ Em muitas publicações em língua inglesa, até hoje, os termos *abolition* e *emancipation* têm significados diferentes. Na historiografia em língua portuguesa geralmente utilizam-se “abolição” e “emancipação” como sinônimos. No entanto, no debate aqui apresentado, o termo *abolition* refere-se estritamente ao fim do Tráfico, enquanto *emancipation* designa o fim do trabalho escravo. Um exemplo pode ser visto em Liverpool Merchant (1804, p. 38, grifos nossos): “*The treatment experienced by the slaves in the West India Islands (...) concerns rather the question of emancipation than of abolition*”. Os questionamentos dos abolicionistas, portanto, estavam restritos ao Tráfico, que era a pauta de discussão no Parlamento até 1806.

¹⁵ Um anônimo comentou o seguinte em um dos trechos do texto de Arthy (1804, p. 17): “(...) *mon[s]terous, abominable! Was their motive benevolent? (...)*”. No documento verifica-se, tanto no texto quanto nos comentários manuscritos, a utilização da letra “*long s*”, permitindo inferir que o comentário é contemporâneo à publicação. O “*long s*” tinha o mesmo som do “s” e a grafia era próxima ao “f”, mas deixou de ser usado no começo do século XIX. Há outros comentários manuscritos no rodapé da cópia preservada na Biblioteca da Sociedade dos Amigos, mas pelas caligrafias é razoável concluir que são de autores diferentes.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O que Arthy considerava como ideal de civilização estava representado na Inglaterra do início do século XIX, cujos valores deveriam ser universalizados a partir do Comércio Atlântico. Assim, a colonização, a escravidão e o Tráfico seriam os caminhos para que os povos africanos alcançassem a vida elevada - material e moral - que os britânicos já usufruíam. Porém essa defesa da “civilização” tinha uma justificativa pragmática: o valor da mercadoria, determinado pela combinação entre utilidade e escassez. Nessa perspectiva, as escravas e escravos eram, ao mesmo tempo, úteis e escassos para os europeus, mas abundantes e inúteis em sua terra natal (Liverpool Merchant, 1804, p. 14). Por esse motivo, eles poderiam ser trocados por mercadorias úteis e escassas aos africanos, em um intercâmbio que os aproximariam da “civilização iluminada” (Arthy, 1804, p. 19). A introdução das seguintes mercadorias na costa atlântica do continente africano ajudou a “civilizar” os nativos: roupas para ajudar na prevenção de doenças e promover a decência; ornamentos para identificar os mestres de escravos e diferenciar os homens das mulheres; utensílios domésticos para limpeza, conforto e produção; sal para ajudar na digestão; cadeados para proteger as propriedades; tabaco como um luxo; búzios ou pequenas conchas para servir de moeda e garantia; vinhos e outras bebidas alcoólicas que, consumidos com moderação, estimulam atos de amizade e generosidade; armas de fogo, para defesa contra animais selvagens, caça, proteção da propriedade contra o ataque de “homens fora da lei” e diminuição das guerras entre as tribos (Arthy, 1804, p. 66-72). Portanto, os benefícios do Comércio Atlântico, além de materiais, apresentam-se na evolução da divisão do trabalho dos nativos.

No início do século XIX, as publicações antiescravistas avançaram para além da condenação moral e religiosa defendidas por *Quakers* proeminentes como Anthony Benezet. Em seu texto de 1760, o autor defende que “(...) *the true Motive of encouraging the Trade is selfish Avarice*” (Benezet, 1760, p. 9). O termo “avareza” é utilizado como contraponto de uma sociedade solidária baseada na reciprocidade e no bem-comum. A superioridade da vida material simples encontra sua defesa nas páginas finais pelo relato de um jovem moribundo, que fora um próspero comerciante¹⁶. Demonstrando arrependimento por não ter se dedicado tanto à vida religiosa, ele se questiona em tom retórico: “*Could it be a sad thing to go to heaven, before I had made a few more **bargains**, or stood a little longer behind a **counter**?*” (Benezet, 1760, p. 13, grifos do autor). Fica

¹⁶ O texto não deixa claro se o relato apresentado por Benezet sobre o jovem moribundo refere-se a um evento real ou a uma situação imaginada utilizada como recurso meramente retórico.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

evidente, portanto, que o moribundo - e também Benezet - consideravam a vida religiosa superior à vida mundana dedicada aos negócios.

Os escritos de Benezet abriram espaço para uma série de novas publicações antiescravistas. Dentre elas, dois autores se destacam: Brougham (1804) e Wilberforce (1807). Apesar da pequena diferença temporal entre a publicação deles, há uma grande distinção de contexto histórico, pois, enquanto o primeiro veio à público ainda no calor das discussões e votações que levariam à aprovação da Abolição do Tráfico de Escravos, o segundo surge quando o processo já estava com seus contornos definidos. O texto de Brougham revisa o debate abolicionista no período para denunciar os malefícios do Tráfico de Escravos aos membros da Câmara dos Comuns com o objetivo de convencê-los a votar a favor da Abolição. Já o texto de Wilberforce (1807) é, em certo sentido, um aprofundamento das ideias apresentadas por Brougham (1804). Com estrutura semelhante, mostram os prejuízos do Tráfico à população do continente africano, a desumana viagem pelo Atlântico até as Américas e alguns comentários sobre as colônias. Esses textos também relatam - em tom de denúncia - os diferentes métodos utilizados à captura de uma negra ou negro na costa ocidental da África, algo visto pelos comerciantes britânicos como prática “tradicional” dos povos africanos.

Portanto, o debate sobre as formas de captura resume-se a considerá-las justas ou injustas. De acordo com Wadstrom (1789), havia quatro maneiras de capturar negras ou negros. A primeira delas era a venda de prisioneiros de guerra; a segunda maneira, era a “pilhagem” (*pillage*) pública ou privada. A pilhagem pública era praticada por reis ou líderes de tribos nativas geralmente contra os seus próprios súditos. Ao desejar algum item oferecido pelos comerciantes europeus e não ter prisioneiros o suficiente para concretizar a troca, o rei atacava durante a noite vilas próximas de seu domínio para realizar a captura; a pilhagem privada, por sua vez, era o caso de um negro, por conta própria, capturar outro e vendê-lo individualmente. Já o terceiro método era o “roubo”, praticado diretamente por europeus contra as negras e negros africanos, abstendo-se de qualquer intermédio com algum líder local. Por fim, era possível recorrer aos costumes locais. Por exemplo: em caso de aprovação dos líderes de uma determinada tribo, um de seus membros poderia ser vendido como escravo - seja pelo julgamento de algum crime cometido ou superpopulação.

Tanto Arthy quanto Liverpool Merchant consideravam justas as maneiras de captura descritas acima porque, para eles, as guerras entre os povos africanos, assim como na Europa, sempre existiram e iriam continuar a existir. A única diferença, argumentam,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

era que o aprisionamento dos derrotados, por ser um costume local de algumas regiões da África, deveria ser respeitado e mantido. Também defendiam que a venda de um membro da tribo poderia ser uma forma de controle populacional. Sem o Tráfico de Escravos, por exemplo, os prisioneiros de guerra seriam ou assassinados ou devorados em rituais canibais, pois havia o receio de que o excesso populacional gerasse fome. Já Brougham (1804) e Wilberforce (1807) identificam que a maioria dessas guerras, aprisionamento de membros da tribo, fome ou superpopulação não eram causados por motivos “naturais” ou inerentes à organização das diversas tribos, e sim pelos interesses comerciais dos países europeus. Para Wilberforce (1807), a problemática relacionada à África é central, de modo que a “não-civilidade” dos povos africanos é culpa dos europeus:

This is, that by keeping in a state of incessant insecurity, of person and property, the whole of the district which is visited by the Europeans, we maintain an impassable barrier on that side, through which alone any rays of the religious and moral light and social improvements of our happier quarter of the globe might penetrate into the interior, and thus lock up the whole of that vast continent in it's present state of wretchedness and darkness (Wilberforce, 1807, p. 40-41).

Por isso, a “degradação” - ou “depravação”¹⁷ - da população africana não lhes era inerente, e sim construída pelo Tráfico de Escravos. Para provar que os africanos não eram “naturalmente” inferiores, como Arthy e Liverpool Merchant acreditavam, Wilberforce tenta mostrar que os nativos do interior do continente africano eram mais civilizados se comparados aos que habitavam a costa, mesmo tendo contato constante com os europeus. Ou seja, as relações comerciais com os europeus retardaram e “depravaram” o progresso civilizatório na África (Wilberforce, 1807). Insistimos neste ponto - o lado prejudicial do comércio com os europeus - porque esta questão é essencial para o debate. Em um contexto crescente dos ideais liberais, a desaprovação de qualquer tipo de comércio pode soar como uma incoerência. Assim como Liverpool Merchant (1804) e Arthy (1804), Wilberforce (1807) defende que a civilização de uma sociedade só é alcançada através da prática do livre comércio. Mas o abolicionista colocou limites morais nessa sentença ao falar dos abusos relatados nas viagens atlânticas: “(...) *it was alleged, and with considerable plausibility, that self-interests alone would be a sufficient security against abuses*” (Wilberforce, 1807, p. 96). Neste caso, o interesse próprio não

¹⁷ Wilberforce usa reiteradamente os termos “*degraded*” e “*depraved*”. O sentido é de rebaixamento moral e religioso em comparação ao que Wilberforce via como civilizado, como o cristianismo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

trouxe o progresso da sociedade, pois a natureza e as paixões foram mais fortes¹⁸. Logo, fez-se necessária uma regulação pelo Parlamento, a *Slave Carrying Bill*¹⁹, o que supostamente teria beneficiado os traficantes.

Os dois autores abolicionistas não discorrem muito sobre as tensões da “Passagem do Meio”, mas ressaltam que consideram absurdo o Tráfico de Escravos ser o “berçário” dos marinheiros. A mortalidade da tripulação neste tipo de navegação, embora claramente menor que a dos escravizados, era oito vezes maior em comparação a outras atividades navais da época (Brougham, 1804, p. 41). Ao abordarem a situação das colônias, eles concordam que a emancipação imediata da população negra escravizada não era viável, porque consideravam como principal problema a crescente necessidade de introdução de novos escravizados²⁰. Em relação ao trabalho nas colônias, Brougham (1804, p. 42) é taxativo: “*No one is senseless enough to propose that the Colonies should be cultivated by Europeans, or that the Slaves already settled there, should be emancipated; the question is, whether any more should be imported?*”. Wilberforce (1807) argumenta que as escravas e escravos, por serem “depravados”, não conseguiriam aproveitar a liberdade imediata. Eles estavam moralmente doentes por causa de toda a humilhação que passaram, da separação de suas famílias na África e pela venda nos portos. E se a doença era moral, a cura também deveria ser: as escravas e escravos precisavam, primeiro, de exemplos de civilidade e religiosidade para a partir daí aproveitarem a liberdade.

Eles também acreditavam que a população negra escravizada nas colônias podia se manter, ou até crescer, após a Abolição do Tráfico. Wilberforce (1807), por exemplo, afirma que, se as crueldades e os castigos físicos contra os escravizados diminuíssem, seu

¹⁸ No original: “*yet, even here it was proved but too decisively, that, as in other cases, nature was too hard for reason, the passions to interests*” (Wilberforce, 1807, p. 97).

¹⁹ A *Slave Carrying Bill* foi aprovada no final dos anos 1780 e previa a regulação do número de escravizados que poderiam ser transportados por navio, além do estabelecimento de condições mínimas necessárias à sobrevivência da tripulação escravizada. Não nos aprofundaremos nesta discussão, mas em *Liverpool Merchant* (1804, p. 36) há uma ironia sobre essas exigências, afirmando que, depois de aprovada a *Slave Carrying Bill*, as escravas e escravos viajavam de forma “luxuosa”.

²⁰ É provável que Wilberforce fosse favorável à emancipação da população escravizada, mas, dado o cálculo político, seria mais prudente não capitanear esta proposta. Afinal, parte dos membros das duas Casas do Parlamento estava envolvida direta ou indiretamente no Comércio Atlântico e não estava disposta a aprovar a emancipação imediata e irrestrita da sua força de trabalho. O trecho “*I could not believe that the possibility of the West Indies must necessarily be built on a foundation of injustice and cruelty*” (Wilberforce, 1807, p. 104) é, no mínimo, dúvida quanto a isso. No restante do texto, a argumentação é taxativa em afirmar que não há possibilidade concreta de uma emancipação imediata. Porém, talvez, a opinião pessoal de Wilberforce em 1807 fosse diferente. Para verificá-la, seria necessário recorrer a cartas pessoais e outros escritos seus - o que não é o objetivo deste presente artigo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

crescimento populacional (*breeding*) poderia apresentar um saldo positivo; também defende que a Abolição ajudaria a conter revoltas parecidas como a ocorrida na ilha de São Domingos. No mesmo sentido, Brougham (1804) argumenta que o benefício da Abolição seria que os fazendeiros não necessitariam mais de escravas e escravos adultos importados, considerados os mais perigosos apenas porque já tinham experimentado uma vida livre fora do cativeiro. Este era, inclusive, um dos argumentos para explicar as causas da Revolução Haitiana - dado que houve um aumento da importação de escravizados na ilha francesa durante a década de 1780. Diminuídos os abusos e crueldades, portanto, as colônias seriam politicamente mais estáveis, com menos riscos de insurreições da população escravizada, o que era certamente um grande medo dos britânicos à época.

Se Arthy (1804, p. 45) defende o uso de chicotes contra os escravizados, pois seriam naturalmente avessos ao trabalho, isto não quer dizer que seus adversários abolicionistas fossem defensores do pagamento de salários. Wilberforce (1807) gostaria que os escravizados se tornassem camponeses (*peasantry*), livres e obedientes. Brougham (1804) afirma, em diversas oportunidades, que o trabalho livre assalariado tem produtividade maior em comparação ao trabalho forçado. Novamente, isso não significa que ele fosse favorável à emancipação dos escravizados e a contratação deles mediante pagamento de salários, mas sim, em suas palavras, que “*that the more nearly the Negro is permitted to approach the condition of freedom in his enjoyment, his privileges, and his habits, the more alacrity does he shew in performing the task assigned to him*” (Brougham, 1804, p. 58). Este posicionamento pode ser explicado pelo contexto em que a obra foi escrita: no início do século XIX, em meio à “dupla revolução” e do movimento cada vez mais acelerado e violento de mercantilização da força de trabalho, Brougham e Wilberforce não eram favoráveis à libertação geral da população escravizada, mas sim que a ordem social metropolitana fosse transplantada para as colônias do Caribe, baseados na construção idílica de uma ordem e hierarquia do campesinato britânico - valores questionados no período. De certo modo, essa discussão reforça a tese desenvolvida por Hobsbawm (2005) de que as inovações técnicas são melhores aceitas do que os progressos sociais. Wilberforce (1807) não coloca em xeque a importância do avanço tecnológico, até destaca o conforto trazido pelos produtos industriais; com relação às inovações sociais, especialmente a mercantilização forçada da mão de obra, o parlamentar cristão apresenta seu conservadorismo ao advogar pelo retorno de um tipo de organização do trabalho nas colônias britânicas que estava em erosão na Grã-Bretanha.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Conclusão

Este presente artigo buscou fazer uma reconstituição da emergência do sentimento antiescravista em comunidades cristãs até o debate público no início do século XIX sobre a Abolição Britânica do Tráfico de Escravos estimulado pelo Movimento Abolicionista. Procuramos demonstrar a partir da análise de quatro textos - sendo dois favoráveis à manutenção do Tráfico e outros dois que argumentam pela sua Abolição - que o sentimento antiescravista e o abolicionismo foram essencialmente conservadores, mesmo tendo objetivos e estratégias distintos. Inseridos no contexto da “era das revoluções”, em que profundas transformações econômicas, sociais e políticas aconteciam na Europa, os abolicionistas reagiram ao perceberem que o questionamento da escravidão na verdade ameaçava a ordem social vigente na Inglaterra e se apropriaram do sentimento antiescravista para restringir o debate à esfera comercial.

Ao longo desse processo, nota-se que o antiescravismo oriundo de uma radical tradição cristã, avessa à ideia de lucro e acumulação de riqueza, desembocou na primeira década do século XIX em uma militância com interesses conservadores. A organização do Movimento Abolicionista foi sintoma desse processo de transfiguração: com uma argumentação humanitária moralmente direcionada cravada em seus discursos, obteve êxito ao deslocar o debate da extinção escravidão para a supressão do Tráfico. No entanto, ao se deparar com a realidade de pauperização quase generalizada, não incorporou em seus discursos a ampliação do uso da mão de obra assalariada. No limite, como vimos, os abolicionistas britânicos desejavam manter a todo custo a ordem social forjada antes da “dupla revolução”, com uma organização social do trabalho baseada na rígida hierarquia das relações “senhor e servo”. Como esse modelo de reprodução social estava em crise na Metrópole por causa do avanço da mercantilização do trabalho, houve uma idealização da possibilidade da transposição dessa ordem social idílica para as colônias das Américas.

Os grupos favoráveis à manutenção do Tráfico de Escravos, por sua vez, fizeram um movimento análogo. Para defender o *status quo* utilizaram largamente conceitos da então nascente economia política, tais como escassez, oferta, demanda e vantagem comercial. No caso, o comércio vantajoso seria o de negras e negros escravizados. A tendência de abstrair a dimensão moral de seus discursos em defesa da continuidade do Tráfico chegou ao ponto de glorificar a escravidão, pois tornava os africanos em “trabalhadores dignos”. Porém, estes trabalhadores, apesar de conquistarem uma “dignidade”, não estavam aptos a receber salários, pois ainda precisavam de um

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

tratamento violento como estímulo ao trabalho, dado que eram considerados naturalmente “preguiçosos”. As evidências apontam que os setores que defendiam a continuidade da escravidão tinham interesses econômicos no Tráfico, pois lucravam muito com as atividades relacionadas ao Comércio Atlântico. No mais, cabe apontar a importância do Tráfico às funções da Marinha Real e na formação dos marinheiros, porque garantia o domínio britânico das rotas comerciais do Atlântico e era a fiadora da estabilidade política nas colônias britânicas no Caribe.

Por fim, a reconstituição do processo de questionamento da escravidão proposta neste artigo baseou-se em um importante arquivo criado e preservado pela Sociedade Religiosa dos Amigos. Este “monumento” à memória da luta antiescravista nos legou alguns documentos fundamentais à pesquisa aqui apresentada. No entanto, uma limitação deve ser pontuada: não incluímos as atas das reuniões do *Abolition Committee* relativos aos anos de 1804 a 1807, pois escolhemos analisar os documentos publicados em meios de comunicação de alta circulação. As atas das reuniões do Comitê possuem informações relevantes sobre os caminhos da luta contra a escravidão que seriam importantes para esclarecer como os abolicionistas absorveram e incorporaram as demandas oriundas do sentimento antiescravista.

Referências

I. Fontes primárias:

A Liverpool Merchant [pseudônimo]. *No slaves-no sugar*. Containing new and irresistible arguments in favour of the African Trade. Addressed to the serious consideration of the peers. Londres, 1804. Rolo de microfilme MR0003, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

ARTHUR, Elliot. *Introductory observations in favor of the African Slave Trade*, intended to point out the necessity for a more candid, connected, and extensive investigation of that Great Question, than has yet been entered into; and to shew the many benefits which, under God, have accrued to the british nation and to the africans, from that trade, and the Evils that would ensue from its premature Abolition; also, the means of lessening the mortality amongst negro slaves, and among seamen employed in that trade. Liverpool, Impresso por T. Milner, 1804. Rolo de microfilme MR0003, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

BENEZET, Anthony. *Observations on the enslaving, importing and purchasing of Negroes*: with some Advice thereon, extracted from the Epistle of the Yearly-meeting of the People called Quakers held at London in the Year 1748. Germantown, 1760. Rolo de microfilme MR0015, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

BROUGHAM, H. *A concise statement of the question regarding the abolition of the slave trade*. Londres, 1804. Digitalizado por Google books. Disponível em <https://play.google.com/books/reader?id=fMFeAAAACAAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>. Acesso em 20/03/2020.

MAQUAMA. *Maquama*, the discarded negro slave. In: Zangara, Maquama. Slavery illustrated in the history of Zangara and Maquama, two negroes stolen from Africa, and sold into slavery related by themselves. Manchester, p. 27-32. 1849. Rolo de microfilme MR0020, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

WADSTROM, C. B. *Observations on the slave trade*, and a description Of some Part of the Coast of Guinea, during a voyage, made in 1787, and 1788, in Company with Doctor A. SPARRMAN and Captain ARREHENIUS. Londres, 1789. Rolo de microfilme MR0015, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

WILBERFORCE, William. *A letter on the abolition of the slave trade*. Addressed to the freeholders and other inhabitants of Yorkshire. Londres. 1807. Digitalizado por Google books.

Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=G6UNAAAQAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em 20/03/2020.

ZANGARA. *Zangara*, the negro Slave. In: Zangara, Maquama. Slavery illustrated in the history of Zangara and Maquama, two negroes stolen from Africa, and sold into slavery related by themselves. Manchester, p. 1-24. 1849. Rolo de microfilme MR0020, Antislavery Collection 18th-19th Centuries from the Library of the Society of Friends. World Microfilms Publication Ltd. Redução 9:1. Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

II. Fontes secundárias:

COUPLAND, Reginald. *The British anti-slavery movement*. London: Frank Class & Co., 1964.

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Lições de economia política clássica*. Campinas-SP, 1990. Tese de Livre Docência, UNICAMP.

DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823*. In: BENDER, T. (org.) *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. California, University of California, p. 15-105. 1992.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, RJ: Campus. 2000.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

HOBSBAWM, Eric. *O sentido do passado*. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *Sobre história*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, p. 22-35, 2005.